

Histórico Candidatura EIDT-99-2015-02-006 Versão 2

Caracterização do Promotor

Aviso

Código	Designação
EIDT-99-2015-02	Convite para a apresentação de candidaturas para a aprovação de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

Programa Operacional

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial

Eixo Prioritário

Não aplicável

Objetivo Temático

Não aplicável

Prioridade de Investimento

Não aplicável

Tipologia de intervenção

Não aplicável

Plano Estratégico

Identificação do Promotor

NIF	Nome ou Designação Social
509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL
Morada (Sede Social)	
RUA 24 DE JULHO Nº 1	
Código Postal	Localidade
7000-673	ÉVORA
NUT III	NUT II
Alentejo Central	Alentejo
Telefone	E-mail
266749420	geral@cimac.pt
Telefax	URL
266749425	http://www.cimac.pt
Tipologia de Beneficiário	
Associação de Municípios (RA)	

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome Responsável	Telefone Responsável
André Espenica	266749420
Cargo Responsável	Telemóvel Responsável
Primeiro-Secretário	
Serviço/Departamento	Email Responsável
Secretariado Executivo	andre.espenica@cimac.pt
	Email Alternativo

Experiência do Promotor

Experiência do Promotor na implementação de Pactos

[auto-avaliação da capacidade de implementação da contratualização âmbito do QREN, incluindo dos resultados alcançados]

Em 2008, a CIMAC promoveu a elaboração do Programa Territorial de Desenvolvimento (PTD) do Alentejo Central, com base na deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) dos PO regionais, de Março de 2008. Esta deliberação fixou um conjunto de orientações para a contratualização com subvenção global entre as autoridades de gestão dos Programas Operacionais Regionais e as associações de municípios baseadas em NUTS III. Na base desta contratualização deveria estar um PTD que contemplasse:

1. "Uma explicitação clara da estratégia definida para o território da associação de municípios e da sua coerência com a estratégia do espaço NUTS II em que se insere;
2. Uma proposta de plano de investimentos que enunciasses, quer para os projectos estruturantes, quer para as tipologias de operações, a fundamentação da prioridade, a área de influência, o respetivo promotor e, tanto quanto possível, a previsão do custo de investimento e do calendário de execução".

Na sequência destas orientações, o PTD do Alentejo Central, baseando-se numa caracterização socioeconómica das NUT III do Alentejo Central e numa análise SWOT sobre esta realidade, propôs uma estratégia global de desenvolvimento para as populações e território da NUTS III, enunciando os objetivos e as prioridades estratégicas para o Alentejo Central, numa perspetiva integrada e envolvendo as diversas áreas chave para o desenvolvimento.

Num capítulo relativo à subvenção global propriamente dita, identificou o âmbito operacional da Subvenção Global enquanto subconjunto de uma estratégia mais global definida para o Alentejo Central, apresentou o plano financeiro de investimentos e propôs o modelo de implementação do programa de investimentos envolvido.

Em resultado da aprovação do PTD, em Dezembro de 2008, a CIMAC assinou com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional INALENTEJO, um contrato de delegação de competências com Subvenção Global, numa lógica de resposta e implementação da estratégia sub-regional apontada pelo PTD.

No âmbito desta delegação de competências, a CIMAC criou e regulamentou uma Estrutura de Apoio Técnico (enquanto organismo intermédio e devidamente enquadrada no Sistema de Gestão e Controlo do PO Regional) que ao longo dos últimos seis anos desempenhou funções de admissão, apreciação técnica e proposta de decisão de financiamento de candidaturas; análise de pedidos de pagamento e submissão de propostas de pagamento; análise de pedidos de reprogramação; verificações físicas e administrativas das operações em curso; desistências, anulações de processos; encerramentos de operações.

Ao longo destes seis anos, foram realizadas no âmbito da Subvenção Global, 62 operações, municipais e intermunicipais, que representam um investimento total de 51.098.016,26EUR e um co-financiamento FEDER de 38.946.068,71EUR.

Em termos do seu enquadramento nas áreas e regulamentos contratualizados, constata-se que a maior parte das operações se centrou na mobilidade territorial (22 projetos), na requalificação rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico (11 projetos) e em equipamentos para a coesão local (6 projetos) com claras melhorias ao nível das acessibilidades intra e intermunicipais, ao nível da qualificação da rede escolar (1º ciclo e pré-escolar) e no aumento do grau de cobertura das respostas sociais, sobretudo, no que diz respeito a intervenções em meios predominantemente rurais.

De salientar igualmente o esforço realizado na melhoria das condições de acolhimento empresarial, com criação de zonas/lotamentos industriais ou centros de acolhimento empresarial (4 projetos), bem como em diversas ações de valorização ambiental (5 projetos), com qualificação de percursos e ecopistas ou com a elaboração de planos de ação para a sustentabilidade (em todos os municípios da CIMAC). Melhorias significativas foram igualmente concretizadas em termos de modernização administrativa, com implementação de projectos de desmaterialização e simplificação de processos, de articulação entre serviços na prestação de respostas céleres, integradas e de proximidade aos municípios e entidades locais.

Copromotores Não Municipais

NIF	Designação	Prioridade Investimento
508817897	TURISMO DO ALENTEJO, E.R.T.	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;
504236091	ADRAL - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO S.A.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;

504236091	ADRAL - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO S.A.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
504236091	ADRAL - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO S.A.	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;
502280298	"NERE - NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE ÉVORA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL"	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
502280298	"NERE - NÚCLEO EMPRESARIAL DA REGIÃO DE ÉVORA - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL"	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
501775501	A.N.J.E.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JOVENS EMPRESARIOS	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
501775501	A.N.J.E.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JOVENS EMPRESARIOS	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
502605367	TERRAS DENTRO, ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
502605367	TERRAS DENTRO, ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
503887641	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
503887641	MONTE - DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL - ACE	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
502817585	ROTA DO GUADIANA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
502817585	ROTA DO GUADIANA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;

502604131	LEADER-SOR-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO SOR	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
502604131	LEADER-SOR-ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO SOR	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
504668102	ARECBA - Agência Regional de Energia do Centro e Baixo Alentejo	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;
501201920	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;
501201920	UNIVERSIDADE DE ÉVORA	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;
510342647	INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;
600075826	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;
600031985	Direcção Regional de Cultura - Alentejo	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;
600031985	Direcção Regional de Cultura - Alentejo	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
501083758	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO DISTRITO DE ÉVORA - COMÉRCIO, TURISMO E SERVIÇOS	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;
505305500	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
505305500	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;
505305500	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
600086020	DGESTE - Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;

600086020	DGESTE - Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares	Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;
500730733	FUNDAÇÃO EUGENIO DE ALMEIDA	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
600082490	CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro	A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;
600082490	CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro	A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;
506346773	GESAMB - Gestão Ambiental e de Resíduos, EM	Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;
503166936	AMCAL - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL	Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;
501442600	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;

Caracterização do Pacto

Identificação da área de intervenção do Pacto

NUTS III

Alentejo Central

Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial Situação atual do território

Apresenta-se uma síntese do diagnóstico da sub-região do Alentejo Central realizado em sede da EIDT- Alentejo Central. Esta síntese está organizada em cinco grandes áreas de análise reproduzindo aqui a organização temática de intervenção estabelecida no ITI.

EMPREENDEDORISMO E DO EMPREGO

O Alentejo Central é a NUT III com maior efetivo de população ativa de toda a região Alentejo, excluindo a Lezíria do Tejo. A dinâmica económica proporcionada pela proximidade à Área Metropolitana de Lisboa e a contiguidade espacial com Espanha dotam este território de vantagens locativas únicas, daí retirando benefícios de carácter económico-social, associados à fruição de equipamentos mas também ao potencial de deslocalização de funções da área metropolitana para a sua periferia.

No que respeita à dimensão da malha empresarial concelhia, Évora, Estremoz, Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas destacam-se dos restantes concelhos pelo facto de apresentarem um maior número de empresas sedeadas, sendo que Évora lidera de forma isolada este ranking. De realçar nos últimos anos alguma dinâmica nos centros urbanos de menor dimensão, assentes em processos de desenvolvimento mais localizado e com resultados, ainda que ténues e a aprofundar, ao nível da promoção do emprego, do empreendedorismo e da fixação/atração de população e ativos, como é o caso de Arraiolos ou Viana do Alentejo.

A estrutura económica da sub-região revela os efeitos da turbulência económica sentida a nível europeu, nacional e regional, registando-se um declínio nos principais indicadores das contas regionais. Estes constrangimentos, a par das deficiências estruturais em termos dos níveis de promoção de cultura empreendedora e debilidade do tecido empresarial conduziram a perdas de competitividade sub regional relevantes sobretudo em termos da manutenção/criação de postos de trabalho o que tem vindo a criar constrangimentos à capacidade de atração e regeneração da população ativa residente e estrangulamentos ao dinamismo económico.

Paralelamente o território apresenta-se fortalecido em termos da existência de Polos de Formação e Qualificação avançada bem como de polos de I&D nos domínios das TIC, Tecnologias do Ambiente do Solo e da Água, Biotecnologias e Saúde, Ciências do Património Artístico e Cultural e Ciências Sociais e Empresariais, a par de uma rede relativamente densa de estruturas de apoio à atividade económica articuladas e com competências reconhecidas e adequadas às necessidades do tecido empresarial (Gades, ADL, ADRAL) que importa rentabilizar na mobilização para a inovação e competitividade, sobretudo quando ancorada em factores endógenos distintivos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL

Neste domínio deverá salientar-se o esforço relevante que tem sido realizado pelos Municípios do Alentejo Central. Cerca de 80% destes municípios atingiram já um elevado nível de desmaterialização de processos sendo que 12 dos 14 municípios do Alentejo Central dispõem de Balcão Único. Ainda assim permanece a necessidade de acelerar o processo de desenvolvimento e consolidação da estratégia que tem vindo a ser desenvolvida no sentido de privilegiar as tecnologias da informação e comunicação enquanto instrumento fundamental para potenciar melhorias significativas nos serviços aos cidadãos, às empresas e aos técnicos e estruturas municipais. Os novos paradigmas de relação com o cidadão e empresa carecem de investimentos na evolução constante dos sistemas e das interfaces. A transformação na gestão municipal, quer ao nível da gestão administrativa quer da administração territorial são desafios emergentes fomentando melhor eficácia na gestão dos recursos públicos e uma mais adequada gestão dos territórios e valências no espaço urbano e rural, mas também enquanto factor indutor de equidade e coesão social.

TERRITÓRIO E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS

O Alentejo Central apresenta baixa densidade populacional e uma rede urbana algo desequilibrada e marcada pela existência de um reduzido número de polos urbanos de média dimensão. Verifica-se também a desertificação continuada das zonas rurais com predominância de lugares de pequena dimensão, muito distanciados das respetivas sedes de concelho. Este processo de desertificação tem colocado importantes desafios à sustentabilidade económica destes pequenos aglomerados em que o tecido empresarial se apresenta bastante débil e ancorado nos domínios tradicionais de atividade.

O património natural constitui-se como uma mais-valia sócio económica tendo havido um esforço considerável por parte das entidades locais na criação de projetos e iniciativas valorização do património natural caracterizado por paisagens com identidade própria, traduzidas em sistemas de exploração adaptados às condições edafo-climáticas e consideradas sustentáveis do ponto de vista ambiental e socioeconómico.

Exemplo paradigmático dessas paisagens é o montado, que se constitui como um dos elementos importantes da paisagem, de maior biodiversidade, e em particular, um espaço emblemático dos sistemas naturais e culturais mediterrânicos e que representa cerca de 54% da área da sub-região com um coberto autóctone de sobre e azinho.

Como se disse, a sub-região apresenta no seu conjunto um elevado potencial em termos de dinamização turística aparece bastante relacionada com a fruição de Património e de que se destacam o caso do Centro Histórico de Évora (Património Mundial da Humanidade) e de Monsaraz.

A sub-região revela uma capacidade de alojamento bastante satisfatória quer em termos do número quer da qualidade da oferta. O principal desafio colocado à atividade turística na região parece ser o do aumento do tempo de estadia média dos visitantes no território, que não é ainda satisfatório, constrangimento que poderá ser ultrapassado através da dinamização e valorização da oferta turística, apelando aos fatores distintivos do território, nomeadamente pela aposta na consolidação do produto Touring e dos Circuitos Turísticos, o Turismo de Natureza e o Turismo Náutico.

Neste sentido a qualificação das infra estruturas de acolhimento turístico e a qualificação do território nas suas condições de visitação e promoção. aparecem como um dos principais desafios colocados ao Alentejo

Central. A consolidação da sua vantagem competitiva em termos dos indicadores ambientais que apresenta em termos da sua estrutura produtiva e de serviços é também apontada como um dos factores de competitividade mais relevantes na escolha do território para viver, habitar ou visitar.

COESÃO SOCIAL

Constata-se que a sub-região em análise revela uma situação relativa ligeiramente desfavorável em relação ao País, no que se refere aos indicadores para a coesão social, sobretudo no que diz respeito aos equipamentos sociais e culturais de serviço à população.

A cobertura territorial dos estabelecimentos dedicados ao ensino obrigatório apresenta-se relativamente equilibrada havendo ainda debilidades na rede escolar da sub-região que indiciam a necessidade implementação de ações destinadas à sua reestruturação, com destaque para os estabelecimentos do ensino pré-escolar e do ensino básico bem como de intervenções que permitam dotar estes estabelecimentos de todas as condições que assegurem a qualidade e modernidade do ensino ministrado. Os fenómenos estruturais de duplo envelhecimento da população e sua migração para os aglomerados urbanos de maior dimensão agrava os fenómenos de isolamento populacional em particular da população idosa, colocando importantes desafios de equidade e acesso à rede de equipamentos de cuidados de apoio social, saúde e educação.

Haverá também que ter em conta que o atual contexto de crise económica é facilitador do surgimento/accentuação de grupos em risco de exclusão e/ou pobreza importando na definição de uma estratégia de desenvolvimento criar mecanismos que permitam a monitorização e intervenção no território para contenção e inversão desta tendência.

Esta questão é particularmente relevante relativamente ao fenómeno do abandono escolar que segundo os últimos dados disponíveis tem vindo a sofrer algum agravamento.

AMBIENTE E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A área ambiental é uma área de elevada importância para o Alentejo Central território em que os padrões de qualidade ambiental são elevados e o potencial de aproveitamento dos recursos naturais (turismo, energia, agricultura, entre outros), de forma sustentável é considerável.

A análise estatística dos indicadores ambientais permite observar em termos de abastecimento de água domiciliário e de saneamento, taxas de cobertura de 100% em vários dos seus municípios (Mora, Mourão, Portel, Vendas Novas, Viana do Alentejo) subsistem porém conselhos com lacunas significativas, sobretudo ao nível dos sistemas de drenagem de águas residuais (Montemor-o-Novo, Redondo).

De salientar no entanto que a região Alentejo se caracteriza também por uma escassez de recursos hídricos sendo expectável que os impactos das alterações climáticas sejam particularmente marcantes na região, com consequente aumento de períodos de seca e de indisponibilidade do recurso água. Importando neste sentido reforçar a capacidade intra regional de resposta a estas questões.

No que diz respeito à recolha e tratamento de resíduos urbanos, o sistema de resíduos sólidos gerido pela GESAMB, empresa intermunicipal, abrange 12 municípios da sub-região e constitui a trave mestre de organização da receção, transporte, tratamento e valorização dos resíduos urbanos. Nos restantes conselhos esta gestão é assegurada pela AMCAL - Associação de Municípios do Alentejo Central.

No entanto, apesar da rápida evolução dos sistemas, parecem subsistir lacunas ao nível da valorização dos RSU, nomeadamente na reciclagem, com percentagens muito baixas em relação ao total da recolha.

Também a valorização energética ou orgânica é inexistente em toda a região Alentejo.

Análise SWOT

Principais Oportunidades

Principais Ameaças

Posicionamento geo-estratégico da sub-região face à proximidade à AML e posicionamento no eixo Lisboa/Madrid; Crescente valorização dos elementos da identidade cultural associada à região e nível de notoriedade da sub-região no exterior passível de ser capitalizada em termos da atração de migrantes empreendedores; Alteração da perceção sobre a ruralidade no sentido de maior valorização dos modos de produção associados, qualidade de vida e qualidade ambiental propicia à atratividade populacional; Alteração do padrão de ocupação do espaço rural, nomeadamente, pelo efeito da ampliação das áreas de regadio; Inversão dos baixos níveis de qualificação escolar e profissional e Integração dos ativos diplomados; Alteração do paradigma de investimento agora mais alicerçado na cooperação entre agentes e na definição de objetivos comuns para o desenvolvimento e coesão social

Principais Pontos Fortes

Posicionamento geográfico da sub-região, no centro do Alentejo, na vizinhança da AML e atravessada pelo eixo Lisboa-Madrid
Existência de polos de I&D nos domínios das TIC, Ambiente, Biotecnologias e Saúde, Ciências do Património Artístico e Cultural e Ciências Sociais e Empresariais e de estruturas de apoio à atividade económica.
Existência de Polos de Formação e Qualificação avançada no território e aumento do número de alunos em cursos profissionais face a uma maior oferta formativa regional
Conjunto de amenidades territoriais e urbanas, potencial de atração de novos residentes
Elevados padrões de qualidade ambiental em espaço rural e urbano e existência de património natural e edificado de relevância e razoavelmente cuidado e protegido
Potencial de consolidação das fileiras agrícola agroalimentar, do turismo e das energias renováveis

Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

Continuidade do processo de despovoamento e consequente agravamento do contraste urbano/rural com perda de identidade da paisagem e consequente agravamento dos riscos decorrentes de alterações climáticas
Agravamento do fenómeno de emigração de população jovem qualificada da região e manutenção dos níveis de insucesso e abandono escolar e de baixa qualificação profissional
Persistência de um quadro macro económico regional, nacional e internacional depressivo e pouco favorável à iniciativa e investimento e crescimento empresariais
Persistência dos factores de condicionamento de taxas de desemprego e pobreza em níveis capazes de fomentar fenómenos de exclusão social.
Concorrência internacional a algumas das principais produções regionais - rochas ornamentais, vinhos, cortiça, produtos turísticos, o que pode resultar em percas significativas de competitividade

Principais Pontos Fracos

Duplo envelhecimento demográfico associado a saldos migratórios negativos, fenómenos de desertificação e isolamento populacional com consequente falta de dimensão na geração/retenção de massa crítica no território.
Desarticulação entre a qualificação da mão-de-obra e o mercado de emprego sub-regional e subsistências de elevadas taxas de desemprego estrutural associadas
Estrutura empresarial pouco densa e de dimensão micro assente em atividades de baixo valor acrescentado e fraca incorporação de inovação e de conhecimento;
Défice de cultura empreendedora, de cooperação e complementaridade
Insuficiente cobertura territorial de equipamentos sociais públicos e sub aproveitamento das infra estruturas e equipamentos por falta de condições de acesso/utilização
Fragilidade dos sistemas de mobilidades intrarregional (urbano-rural)

Tendo em conta o atrás exposto, considera-se como principal desafio ao desenvolvimento territorial do Alentejo Central no horizonte 2020, no quadro das intervenções passíveis de serem integradas no PCDT agora em apreço, o robustecimento dos fatores estratégicos de competitividade regional que permitam a afirmação do território enquanto espaço ecologicamente sustentável, socialmente equilibrado, com centralidade afirmada no contexto regional, fundamentada numa posição geoestratégica relevante, quer no sistema urbano nacional, quer no espaço de conexões entre a AML e a Extremadura espanhola, e com uma economia crescentemente baseada no conhecimento, na cultura e no ambiente.

Considera-se que o PCDT - AC deverá contribuir de forma mais significativa para:

- Orientar intervenções e medidas atração de investimento inovador e de qualificação da população ativa no sentido da especialização económica do território face ao aproveitamento dos seus recursos endógenos e capacidade inovadora e de produção instaladas;
- Fomentar a capacitação e inteligência institucional e promover uma prática de parceria institucional para o desenvolvimento assente em plataformas colaborativas que permitam assegurar níveis de equidade e acesso a serviços pelos cidadãos promotores de maiores níveis de participação e coesão social.
- Preservar as características distintivas do património paisagístico e natural da sub-região enquanto factor de desenvolvimento e sustentabilidade do território, garante da sua dinamização económica e atratividade de investimento e população (habitantes e visitantes);
- Desenvolver políticas integradas de apoio social, no quadro de consolidação de um setor de economia social, explorando o potencial oferecido pelo conjunto de equipamentos sociais já existentes e qualificando estas infraestruturas e alterando os esquemas de acesso a estas valências, por forma a potenciar a perceção positiva sobre o meio rural.

Consideram-se neste âmbito Factores Críticos de Sucesso

- O reforço da articulação das políticas públicas com vista à definição clara de papéis e funções a desempenhar pelos diferentes níveis da administração e consequente capacidade destes agentes para a concretização destas políticas;
- A articulação dos investimentos propostos a financiamento no âmbito da ITI com outros que permitam a obtenção dos objetivos e Visão traçados em EIDT a par da mobilização conjunta de agentes públicos e privados para concretizações comuns;
- A consolidação do paradigma de intervenção intermunicipal do investimento no respeito pelas especificidades municipais enquanto potencial gerador da massa crítica necessária a uma intervenção integrada e potenciadora dos níveis de coesão social da sub-região,
- O reforço da capacidade de concretização de investimento por parte dos municípios e demais agentes em domínios relevantes para a qualificação do território e que encontra constrangimentos relevantes quer em termos da escassez de recursos disponíveis quer da priorização de investimento concretizada pelo Quadro de Financiamento Europeu 2020

Estratégia

Objetivos e vocação específica do ITI

O conteúdo do ITI do Alentejo Central resulta de um processo de concertação estratégica e de negociação política desenvolvido num espaço de opções delimitado por três aspetos fundamentais:

- ? O ITI toma como quadro referencial a EIDT-Alentejo Central 2020, com a qual consegue um elevado nível de alinhamento estratégico e operacional,
- ? O perímetro de intervenção do ITI está condicionado pelo campo de possibilidades de intervenção definido pelas regras de programação aplicadas à construção dos ITI, nomeadamente, com a pré-definição das PI mobilizáveis,
- ? O ITI traduz um espaço de intervenção integrada e intermunicipal que é resultado de um intenso e fecundo trabalho de articulação técnica e de negociação política entre municípios, a CIMAC e outros parceiros locais e regionais.

Este ITI caracteriza-se por abranger uma área de intervenção de ampla dimensão com iniciativas no quadro de todas as 14 PI passíveis de integrar o ITI (as PI exclusivas e facultativas, do PO Regional e PO Temáticos). Apenas a medida 4 do FEADER não é mobilizada.

Um elemento a destacar no conteúdo do Pacto e que constitui uma mais-valia assinalável no quadro do exercício de programação desenvolvido no seio da CIMAC, refere-se ao espaço ocupado pelas iniciativas de âmbito intermunicipal, a promover pela CIMAC com co-promoção de parceiros sub-regionais e abrangendo todo o território da NUT3. O ITI tem, de facto, nos projetos intermunicipais os mais importantes

investimentos. As intervenções de natureza intermunicipal ocorrem no âmbito das seguintes PI: 2.3, 4.3, 5.1, 5.2, 6.1, 6.3, 8.3, 8.8, 9.1 (PORA), 9.1 (POISE) e 9.4 (POISE). São mobilizadas exclusivamente por projetos intermunicipais as seguintes PI: 2.3, 5.1, 6.1, 6.3, e 8.3. É de assinalar, ainda, a expressão financeira estimada dos projetos intermunicipais que, na presente versão do ITI, atinge 60% do investimento total estimado.

Deve sublinhar-se ainda o forte alinhamento estratégico e operacional da ITI com a EIDT-Alentejo Central 2020. O ITI estabelece pontos de ancoragem em todos os cinco domínios de intervenção estratégica da EIDT. Este alinhamento traduz-se na identificação precisa das áreas de intervenção do ITI no âmbito da EIDT. É esta focagem estratégica e operacional que caracteriza a vocação específica do ITI Alentejo Central. Assim, o ITI Alentejo Central parte dos cinco Domínios de Intervenção da EIDT, criando cinco Eixos de intervenção do ITI os quais evoluem para onze Medidas.

O Eixo A - Promoção do Empreendedorismo e do Emprego, está ancorado ao Domínio da Competitividade Empresarial, Emprego e Internacionalização estabelecido na EIDT. Neste domínio a vocação específica da intervenção do ITI passa pelo apoio à promoção de projetos empresariais integrados, de pequena escala, tendo como beneficiários privilegiados dois públicos específicos dando resposta a resultados do diagnóstico sub-regional: jovens empreendedores (programa COMEÇAR) e desempregados portadores de competências profissionais especializadas com potencial de valorização económica para a criação (programa RECOMEÇAR). Estes dois programas serão articulados com as iniciativas municipais e da CIMAC com vista à criação e dinamização de uma rede sub-regional de Viveiros de micro-empresas. A metodologia na implementação destes programas utilizará, de forma reajustada, a metodologia do programa COMEÇAR promovido pela ADRAL e reconhecido pelo IGFSE como uma Boa Prática. A intervenção passa ainda por um forte articulação a estabelecer, nomeadamente, com os GAL, a ADRAL, o NERE e o IEFP e que se traduzirá na formalização de parceiras de suporte aos projetos. A intervenção neste domínio mobiliza as PI 8.3 e 8.8.

O Eixo B - Capacitação e Modernização da Administração Pública Local, está ancorado no Domínio do Reforço e Capacitação Institucional estabelecido na EIDT. Aqui a vocação específica do ITI passa por aprofundar o esforço de modernização dos processos administrativos e operacionais da administração local numa lógica de serviço direto e por via digital entre a administração local, os cidadãos e as empresas. A intervenção desenhada no ITI no âmbito deste Eixo dá continuidade ao trabalho que a CIMAC e os municípios associados têm vindo a desenvolver nos últimos anos, devidamente assinalada no diagnóstico, com resultados que se têm revelado manifestamente positivos quer na qualificação dos serviços, quer na relação da administração local com os cidadãos e com as empresas. O projeto Évora Distrito Digital é o expoente deste processo: modernização de redes, desenvolvimento de intranets integradas e a criação de um Centro de Tecnologias Digitais e servidores (CTD). O CTD é uma unidade de serviços partilhados em tecnologias de informação ao serviço dos municípios do Alentejo Central. A CLOUD CIMAC tem instalados cerca de 100 servidores de serviços partilhados para municípios, cidadãos e empresas. Toda a infraestrutura do CTD está assente na Rede Comunitária dos Distrito de Évora, uma rede em fibra ótica ligando as 14 sedes de municípios permitindo o desenvolvimento de serviços avançados de alto débito.

Sublinha-se, assim, a necessidade de se continuar a intervenção neste campo da modernização da administração pública local com vista a consolidar a estratégia de potenciar melhorias nos serviços aos cidadãos, às empresas e aos técnicos e estruturas municipais numa lógica de cidades inteligentes e acessíveis bem como reforçando o número de serviços públicos integrados totalmente online. A intervenção mobiliza a PI 2.3.

O Eixo C - Qualificação e Valorização do Território e Utilização Sustentável de Recursos, está ancorado no Domínio da Organização e Qualificação do Território estabelecido na EIDT. Este domínio de intervenção acolhe aspetos de importância relevante para as autarquias locais, nomeadamente, no que se refere ao desenvolvimento urbano sustentável. Contudo, por opções de programação a nível nacional, os ITI vêem-se limitados a intervir apenas em dois aspetos muito particulares neste domínio: eficiência energética nas infraestruturas públicas e a valorização do património natural e cultural (PI 4.3 e 6.3). Estes dois aspetos constituem o perímetro específico de intervenção deste ITI. Assume-se como objetivo específico deste Eixo contribuir para ultrapassar os baixos níveis de eficiência energética regional. A intervenção do ITI Alentejo Central neste campo será enquadrada pelas orientações do Plano Intermunicipal de Eficiência Energética (PIEE), cofinanciado pelo European Energy Efficiency Fund, com início previsto para muito curto prazo. As ações a desenvolver no quadro do ITI traduzirão uma lógica de complementaridade com ações do PIEE que venham a ser realizadas com o apoio de outros instrumentos financeiros. Será mobilizada a PI 4.3.

O ITI Alentejo Central acolhe, ainda neste Eixo, uma intervenção relevante na valorização do território na perspetiva da valorização do património natural e cultural. A mobilização da PI 6.3 é feita no pressuposto de que as tipologias de operações a mobilizar pelo ITI não bloqueiam o acesso, fora do ITI, nomeadamente por parte dos municípios, ao financiamento de projetos que se enquadrem em tipologias de operações não mobilizadas por este ITI. Neste sentido, as intervenções a desenvolver no capítulo da valorização do

património natural e cultural circunscrevem-se a três grandes operações integradas de âmbito intermunicipal - Grande Rota do Montado, Sistema de Fruição do Património do Alentejo Central e o Centro de Acolhimento de Turistas em Évora - a desenvolver pela CIMAC e tendo como parceiros mais relevantes a ERTA, a CM de Évora, a Associação Comercial Distrital, a Universidade de Évora, a DR Cultura e a Paróquia de S.Pedro. Estas intervenções enquadram-se nas seguintes tipologias de operações (Regulamento SEUR: divulgação e integração territorial (art. 114, nº 1, a), vi)), criação e promoção de novas rotas turísticas... (art. 114, nº 1, c), ii)).

O Eixo D - Coesão Social, está ancorado no Domínio da Coesão Social e Qualidade de Vida estabelecido na EIDT. A vocação específica do ITI traduz-se num perímetro de intervenção que cruza três áreas principais: o combate à exclusão e ao isolamento, a qualificação dos equipamentos de apoio social e a qualificação dos equipamentos de ensino básico e o combate ao insucesso escolar.

Nesta ótica, as intervenções previstas na ITI assentam sobretudo numa base territorial alargada pretendendo promover processos de inclusão social dos indivíduos e grupos, de forma multisetorial e integrada, através de ações a executar em parceria. Estas ações deverão contribuir para um aumento da empregabilidade, para o reforço e valorização dos processos de participação dos cidadãos (cidadania activa), para o aprofundamento do conhecimento dos fenómenos de abandono escolar e sua inversão e para a minimização dos impactos resultantes do isolamento geográfico.

Finalmente, importa igualmente no âmbito da ITI, qualificar a rede de equipamentos sociais e educativos, através de ações de âmbito municipal sobretudo vocacionadas para a melhoria e articulação das respostas prestadas, para a refuncionalização de espaços, para a introdução de processos de inovação social na prestação das respostas existentes e para a qualificação da rede escolar, centrada na melhoria dos equipamentos do ensino pré-escolar e básico.

O Eixo E - Proteção Ambiental, Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão de Riscos, está ancorado no Domínio da Valorização, Proteção Ambiental e Adaptação às Alterações Climáticas estabelecido no âmbito da EIDT. Dada a natureza das PI mobilizáveis no âmbito deste Eixo, a intervenção do ITI neste campo passa fundamentalmente por atuações de características transversais de planeamento (Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas), gestão de informação e de operações (nomeadamente de operações de emergência de proteção civil) e de sensibilização das populações (focada no uso racional de recursos e no incremento da resiliência às alterações climáticas). Assim, a vocação específica do ITI neste domínio reside no contributo para o reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas, de gestão de riscos e de mobilização das populações para um uso mais eficiente de recursos. A intervenção da ITI neste Eixo é garantida exclusivamente por projetos de âmbito sub-regional contando com a co-promoção de parceiros especializados: o Comando Distrital de Operações de Socorro de Évora, a GESAMB e a AMCAL.

Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

Um dos resultados mais evidentes alcançados com o processo de construção do PDCT é o espaço efetivo e potencial de parcerias para o desenvolvimento da sub-região criado ao longo do exigente trabalho de concertação e articulação de estratégias das várias instituições. O ITI assume, claramente, a natureza de um Pacto interinstitucional, demonstrada através de dois mecanismos principais, de natureza formal, e um outro mecanismo, que resultará das dinâmicas no terreno:

a. Acompanhamento e articulações estratégicas

A este nível estamos no âmbito da própria implementação da EIDT e dos seus mecanismos para mobilização de instituições-chave no Alentejo Central. Na secção do modelo de governação do Pacto retoma-se este aspeto.

Pode, desde já, invocar-se a importância dada ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal em matéria de acompanhamento e monitorização, e enquanto fórum de concertação e articulação do Pacto com outros instrumentos de concretização da EIDT (DLBC, PEDUS, pacto para a empregabilidade, operações estruturantes no domínio da competitividade, etc.).

Conforme se previa na proposta de EIDT, este envolvimento será materializado através da constituição de Comissões Temáticas - admitindo-se como primeira hipótese a opção de criar uma CT para cada um dos Eixos do Pacto. As entidades envolvidas nestas CT, quer no âmbito global do CEDI, quer em cada um dos GTT, encontram-se identificadas no documento da EIDT.

b. Implementação das ações

Trata-se, neste caso, do envolvimento de parceiros na implementação das operações que integram o plano de ação do Pacto, que é uma forma muito poderosa de consolidar a concertação e o compromisso como modelos de trabalho privilegiados.

Deste ponto de vista, e embora o âmbito temático do Pacto seja relativamente limitado e o modelo seja essencialmente de matriz pública local - ou seja, do âmbito de intervenção das autarquias -, são abundantes os casos de envolvimento e corresponsabilização explícita de entidades parceiras pela implementação de alguns dos mais relevantes projetos do ITI, com um âmbito intermunicipal, conforme especificamos melhor na secção sobre o modelo de governação: CIMAC, Municípios, ADRAL, ADL/GAL, NERE, Universidade, CCDR Alentejo, ICNF, Turismo do Alentejo, CD Segurança Social, Fundação Eugénio de Almeida, DR Cultura, CDOS/ANPC, etc.

c. Envolvimento da comunidade

Uma parte importante dos recursos mobilizados destinam-se a intervenções que têm como destinatários finais algumas comunidades (segmentos desfavorecidos da população, como idosos ou desempregados, população escolar, e mesmo a população em termos gerais) ou cuja utilidade se revelará através do serviço que, em última instância, algumas instituições ou classes profissionais prestam - como são exemplos a atividade das corporações de bombeiros, as IPSS em geral ou os professores.

O sucesso das operações que serão desenvolvidas depende do grau de adesão destes destinatários ou intermediários - o que é, desde logo, demonstrado pela maior parte dos indicadores de resultado adotados - pelo que será responsabilidade, e uma prioridade, tanto da CIM/Municípios, quanto dos parceiros formais, envolver devidamente tais pessoas ou entidades. As ações de comunicação, as metodologias participativas e o envolvimento dos destinatários na avaliação das intervenções serão, por isso, práticas permanentes ao longo da implementação do ITI.

Modelo de estruturação do sistema urbano e de articulação com os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, e metodologia do plano de mobilidade sustentável (recomendações da decisão de reconhecimento da EIDT)

A decisão de reconhecimento da EIDT enunciou as seguintes recomendações "a ter em conta no contexto da implementação da EIDT, nomeadamente, no que respeita à elaboração e execução do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial ...":

1) Melhorar as evidências de participação e respetivos contributos dos parceiros relevantes, (...)

Resposta: sobre esta matéria e no que diz respeito ao PDCT Alentejo Central, consideramos que os elementos apresentados nesta candidatura, nomeadamente, nos pontos "modelo de participação ativa dos atores" e "envolvimento e responsabilidade dos parceiros", respondem adequadamente a esta solicitação, clarificando as parcerias em curso de formalização em cada um dos eixos de intervenção do plano de ação;

2) Aferir a estrutura de indicadores e metas, (...);

Resposta: sobre esta questão e no que diz respeito ao PDCT Alentejo Central, é apresentada noutros pontos desta candidatura um quadro detalhado de indicadores e metas específicas, incluindo a sugestão de indicadores alternativos nos casos em que os PO financiadores não são adequados.

3) Os investimentos nas diversas tipologias de abordagens integradas devem ser acompanhados pelo Conselho Executivo Intermunicipal (...),

Resposta: consideramos que as funções atribuídas ao Conselho Intermunicipal e ao Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal no quadro do modelo de acompanhamento e monitorização quer da EIDT, quer deste Pacto, garantem um adequado cumprimento desta recomendação.

4) Não obstante a identificação da polarização funcional em Évora, necessário desenvolver nos instrumentos de operacionalização da Estratégia, (...);

7) Articular os planos territoriais de âmbito municipal e intermunicipal, (...) bem como o alinhamento recíproco das suas disposições em matéria de uso e ocupação urbana do solo com as perspetivas de desenvolvimento urbano preconizadas pelas EIDT;

Resposta conjunta às recomendações 4) e 7): A EIDT, no quadro da sua missão, define como fator estratégico de competitividade territorial a estruturação do sistema urbano da sub-região assente no modelo urbano policêntrico. A EIDT define como desígnio de desenvolvimento territorial o "desenvolvimento e qualificação de estruturas territoriais urbanas numa perspetiva de reforço das condições de dinamização económica e de coesão e sustentabilidade territorial e social da sub-região". A dimensão urbana surge, ainda na EIDT, ao nível dos domínios estratégicos de intervenção. O terceiro domínio dirige-se à Organização e Qualificação do Território definindo-se como linha orientadora a implementação de uma organização territorial eficiente, suporte do desenvolvimento, garante de equidade, fator de sustentabilidade.

É, assim, evidente que do ponto de vista da estruturação estratégica e da definição das grandes linhas de orientação programáticas a EIDT assumiu explicitamente a dimensão urbana (sistema urbano sub-regional e estruturas territoriais urbanas) como um dos elementos estruturantes das opções de desenvolvimento sub-regional.

As regras de programação dos Pactos ao excluírem do menu de PI mobilizáveis as prioridades que, de forma mais eficaz, poderiam ter efeitos sobre a estruturação do sistema urbano, nomeadamente, as PI 4.5, 6.5 e 9.8 (mas também as PI ligadas à promoção do sistema científico e de inovação regional), fragilizaram significativamente a capacidade real de o ITI poder influenciar, por si, a concretização de opções estratégicas no domínio do desenvolvimento urbano e da estruturação do sistema urbano. Com efeito, os instrumentos que, no presente período de programação, mais adequados se mostram para intervir no desenvolvimento urbano são os instrumentos dirigidos especificamente aos principais pontos da rede urbana regional - os Centros Urbanos Estruturantes - e que operacionalizam as PI acima mencionadas, designadamente, o Plano de Ação para a Regeneração Urbana, os Planos de Ação Integrados para as Comunidades Desfavorecidas e os Planos de Mobilidade Urbana Sustentável. Estes três instrumentos de planeamento são articulados no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbanos Sustentável a elaborar por cada autarquia local num processo autónomo da elaboração do Pacto-ITI.

Quanto ao conteúdo programático do ITI o seu efeito potencial no domínio do desenvolvimento urbano e da estruturação do sistema urbano sub-regional é manifestamente fraco. O desenvolvimento do tipo de funções de apoio social e de equipamentos escolares previstos não criam especializações territoriais nem diferenciam centros urbanos à escala sub-regional. O efeito destas intervenções sobre o sistema urbano será pouco significativo. Por seu lado, as intervenções no domínio da eficiência energética de infraestruturas públicas, ainda que qualifiquem cidades e centros urbanos, também não constituem fator relevante do ponto de vista da estruturação do sistema urbano.

Neste sentido a articulação de estratégias relevantes para a estruturação do sistema urbano sub-regional, assim como a articulação dos planos territoriais municipais, requer a mobilização de espaços de coordenação de políticas mais amplos e com capacidade efetiva de concertação de estratégias de ordenamento do território e de desenvolvimento urbano. Por um lado, surge como espaço fundamental de políticas de ordenamento do território o próprio funcionamento do sistema de gestão territorial através do exercício do princípio de coordenação de intervenções que preside à sua estruturação e funcionamento (de acordo com o novo DL n.º 80/2015, art.º 22. n.º 1).

Por outro lado, consideramos que o sistema de governação da EIDT oferece espaço de manobra para esta função, nomeadamente, em matérias de desenvolvimento urbano. Neste sentido, consideramos que o espaço para uma adequada resposta a este tipo de observações passa pela função de acompanhamento e monitorização estratégica da EIDT, designadamente, no âmbito do funcionamento do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

6) Acompanhar as dinâmicas de evolução do subsistema urbano da sub-região e do seu papel na estruturação e desenvolvimento dos territórios envolventes, em função quer de dinâmicas demográficas, quer de dinâmicas funcionais que resultem da implementação da estratégia;

Resposta: consideramos que se trata de uma matéria cuja abordagem não é pertinente nesta candidatura.

9) Desenvolver plano de mobilidade sustentável (condição necessária ao financiamento de ações de mobilidade urbana sustentável no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020).

Resposta: A CIMAC aguarda a todo o momento a publicação do aviso para a apresentação de candidaturas à elaboração dos Planos Intermunicipais de Mobilidade Sustentável com vista a perceber, com rigor, o âmbito e

conteúdos atribuído a este instrumento de planeamento. Só após a publicação deste aviso se poderá delinear uma abordagem ajustada à sua elaboração.

Valor económico e social da intervenção estratégica (para atingir os objetivos inerentes ao crescimento sustentável e inclusivo)

O valor económico e social desta ITI é significativo em quatro áreas:

1-Sustentabilidade Urbana: A promoção da eficiência energética eleva-se, neste contexto, como uma prioridade de atuação na transição para uma economia e sociedade de baixo teor de carbono. No Alentejo existe uma ampla margem de progressão na melhoria das condições de eficiência energética nas infraestruturas públicas. Este ITI contribui de forma bastante relevante para este objetivo. O ITI tem nas ações de eficiência energética uma das suas principais áreas de intervenção com uma forte intervenção num alargado número de grandes infraestruturas públicas. O contributo para a melhoria do desempenho energético-ambiental da região espera-se significativo e desta forma também para a criação de cidades e centros urbanos mais sustentáveis.

2-Governo Local: O ITI Alentejo Central preconiza o prosseguimento de um ritmo e orientação de trabalho iniciado em períodos de programação anteriores e que têm demonstrado resultados positivos na qualificação e modernização da administração pública local. A implementação de uma forte intervenção integrada de âmbito intermunicipal no sentido da desmaterialização e reengenharia de processos, da disponibilização de serviços online e na criação e disseminação de novos modelos de atendimento na Administração Pública, assume uma relevante importância na resolução das ineficiências da administração pública local que ainda existem. Destacam-se os efeitos na redução da burocracia, na promoção de modos de relacionamento mais amigável com os cidadãos e com as agentes económicos, diminuindo os custos de contexto, contribuindo para uma administração pública local mais qualificada e facilitadora de iniciativas de desenvolvimento local e regional.

3-Qualidade do sistema educativo: a redução da incidência do abandono escolar precoce constitui um objetivo cimeiro a nível nacional. O Alentejo acompanha a situação do país neste indicador e no Alentejo Central os indicadores estão alinhados com a média nacional. O abandono e o insucesso escolar constituem fatores nucleares da reprodução social da pobreza e dos riscos de exclusão social que pesam sobre os mais jovens. O programa de intervenção do ITI nesta área consubstancia iniciativas em 10 dos 14 municípios da sub-região, com intervenções adaptadas às formas locais desta problemática, e envolve ainda grandes intervenções intermunicipais. A mais-valia económica e social desta intervenção resulta do efeito esperado na redução do nível de insucesso e de abandono escolar, no incremento de competências e de empregabilidade.

4-Valorização dos Ativos Patrimoniais: A intervenção do ITI no domínio da promoção do património natural e cultural traduz-se na criação de três infraestruturas de âmbito sub-regional vocacionadas para a valorização e promoção do território (património natural e cultural) na perspetiva da sua fruição turística. O âmbito territorial da Rota do Montado e do Sistema de Fruição assegura uma abordagem integrada da valorização e promoção turística do território e a criação de um efeito de sinergia na promoção dos vários elementos do património natural e cultural a integrar nos sistemas a criar. Espera-se desta intervenção efeitos positivos na atratividade turística da sub-região. A criação de um grande centro de acolhimento do turista e do visitante com uma dimensão sub-regional e regional induzirá efeitos esperados significativos na difusão de fluxos turísticos no espaço da sub-região.

Caracterização do Projeto

Programa de Ação

Eixos, objetivos estratégicos e específicos, e principais resultados a atingir

A estrutura do conteúdo estratégico e programático do ITI apresenta um forte alinhamento com a EIDT- Alentejo Central 2020 estabelecendo uma forte articulação com cada um dos 5 domínios estratégicos da EIDT. A organização do Programa de Ação está estruturado em cinco Eixos de Intervenção. Associados a cada um destes Eixos encontram-se estabelecidos Objetivos Estratégicos e Específicos os quais se traduzem na definição de Medidas que, por sua vez se concretizam através dos projetos a desenvolver pela CIM, municípios e outros parceiros. Os Eixos de Intervenção que balizam a estratégia de intervenção do ITI são os seguintes: A - Promoção do empreendedorismo e do emprego B - Capacitação e modernização da

administração pública local C - Qualificação e valorização do território e utilização sustentável de recursos D - Coesão social E - Proteção ambiental

EIXO A - PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E DA EMPREGABILIDADE Este Eixo está ancorado no Domínio Estratégico A, inscrito na EIDT, dedicado à Competitividade Empresarial, Emprego e Internacionalização

Objetivo Estratégico - Eixo A: Fomentar o empreendedorismo, dinamizando uma cultura empreendedora, e apoiar iniciativas empresariais de pequena escala

Objetivos Específicos - Eixo A: a) Criação de emprego no quadro de iniciativas de pequena escala b) Criação e desenvolvimento de micro empresas associadas à exploração de recursos endógenos

Medidas - Eixo A: a) Medida A.I - Apoio à criação de emprego e à criação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas b) Medida A.II - Criação de uma rede sub-regional de viveiros de microempresas

Resultados a atingir: Criação de projetos empresariais de pequena dimensão geradores de emprego sustentável e mobilizadores de capacidade empreendedora nas áreas emergentes da economia cultural e criativa, da economia social, da economia verde mas também nas áreas tradicionais da valorização dos produtos endógenos; Constituição de uma rede sub-regional de infraestruturas de incubação e desenvolvimento de micro e pequenas empresas apoiada numa abordagem integrada de dinamização e promoção

EIXO B - CAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL Este Eixo está ancorado no Domínio Estratégico B, inscrito na EIDT, dedicado ao Reforço e Capacitação Institucional

Objetivo Estratégico - Eixo B: Aumentar os níveis de desempenho e qualificação na prestação dos serviços públicos locais na sua relação com os cidadãos e agentes económicos

Objetivo Específico - Eixo B: a) Reforçar a disponibilidade e a qualidade de serviços públicos locais em linha b) Medida B.I - Modernização administrativa dos serviços da administração local centrada na utilização das TIC

Resultados a atingir: Do conjunto dos principais resultados a atingir no âmbito das intervenções do presente Eixo podem ser destacados pela sua relevância os seguintes: Reforço do volume de serviços públicos integrados totalmente online, com recurso a identificação eletrónica e com recurso a tecnologia multicanal, numa lógica integrada e interoperável; Desenvolvimento da integração de redes de serviços partilhados de base territorial com suporte digital com restante AP

Qualificar as condições do exercício do planeamento e gestão territorial por parte dos municípios nomeadamente ao nível dos sistemas de informação geográfica, gestão operacional do habitat, gestão energética, gestão da rede de equipamentos de educação e de cultura

EIXO C - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS (Este Eixo está ancorado no Domínio Estratégico C, inscrito na EIDT, dedicado à Organização e Qualificação do Território)

Objetivo Estratégico - Eixo C: Qualificação do território através da sua valorização turística e da promoção de estruturas urbanas de baixo carbono

Objetivo Específico - Eixo C: a) Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas locais e no espaço público b) Promoção e valorização do património natural e cultural

Medidas - Eixo C: a) Medida C.I - Criação (ou integração) de rotas e itinerários experienciais b) Medida C.II - Valorização e fruição do património natural e cultural

Resultados a atingir: Redução significativa dos consumos e incremento da racionalização da utilização de energia elétrica ao nível da administração pública local; Reforço da imagem de destino turístico de excelência através do incremento da qualidade da infraestrutura e logística sub-regional de acolhimento turístico e de apoio à visitação por diferentes públicos

EIXO D - COESÃO SOCIAL (Este Eixo está ancorado no Domínio Estratégico D, inscrito na EIDT, dedicado à Coesão Social e Qualidade de Vida)

Objetivos Estratégicos - Eixo D: Combater os fenómenos de exclusão social, de isolamento e pobreza

Qualificar as redes de equipamentos sociais

Qualificar o ensino básico e combater os processos de abandono escolar

Objetivo Específico - Eixo D: a) Promover o desenvolvimento de competências e dos níveis de empregabilidade de grupos vulneráveis (9.1R, 9.1T Cultura p/ todos, 9.4T) b) Qualificar e adaptar a rede de equipamentos e melhorar a oferta de serviços de saúde e apoio social (9.1T Bolsa Voluntariado) c) Promover a igualdade no acesso ao ensino e a qualidade do sistema de educação (10.1; 10.5)

Medidas - Eixo D: a) Medida D.I - Animação territorial para a coesão social b) Medida D.II - Rede de equipamentos de saúde c) Medida D.III - Rede de equipamentos e serviços de apoio social d) Medida D.IV - Promoção do sucesso escolar e) Medida D.V - Infraestruturas da educação pré-escolar e do ensino básico

Resultados a atingir: Redução significativa da taxa de abandono escolar

Apoio a um número significativo de parcerias para o desenvolvimento de iniciativas locais de promoção da inclusão pela cultura

Consolidação da rede de equipamentos sociais existente, com integração e diversificação das respostas prestadas, num serviço assente na qualidade, na inovação social e na qualificação dos espaços

Requalificação de infraestruturas educativas do ensino básico e pré-escolar

EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL (Este Eixo está ancorado no Domínio Estratégico E, inscrito na EIDT, dedicado à Valorização e Proteção Ambiental)

Objetivos Estratégicos - Eixo E: Promover mecanismos de adaptação às alterações climáticas

Melhorar os sistemas de gestão de resíduos

Objetivo Específico - Eixo E: a) Reforçar as capacidades de adaptação às alterações climáticas b) Reforço da gestão face aos riscos c) Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição

Medidas - Eixo E: a) Medida E.I - Instrumentos de planeamento b) Medida E.II - Planeamento e gestão de informação c) Medida E.III - Sensibilização da população

Resultados a atingir: Reforçar o dispositivo de planeamento de âmbito sub-regional para adaptação às

alterações climáticas; Reforçar o dispositivo operacional de gestão de operações de emergência, Reforçar padrões de comportamento visando a redução da produção de resíduos

Investimentos, Ações e Metas

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	FSE	EIXO A - PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E DO EMPREGO	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	14,00	42,00	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem em 12 meses após o fim do apoio	50,00	50,00	2 125 000,00€
09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	FSE	EIXO D - COESÃO SOCIAL	Projetos apoiados de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	5,00	13,00	Projetos concluídos de diversificação da oferta de serviços sociais e de saúde e aumento da qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis	70,00	90,00	2 125 000,00€

02.03 - O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	FEDER	B - CAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL	Serviços da Administração Pública apoiados	10,00	14,00	Câmaras Municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na internet no total de câmaras	21,00	100,00	1 396 439,00€
04.03 - A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	FEDER	EIXO C - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	3967991,00	7935982,00	Consumo de energia primária na administração regional e local	853,00	1706,00	7 450 500,00€
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL	Municípios com planos de identificação de vulnerabilidades e riscos	14,00	14,00	Nível de implementação das medidas de adaptação às alterações climáticas decorrentes de estratégias e planos	0,00	15,00	300 000,00€

06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL	Produtos de comunicação, divulgação e sensibilização	2,00	2,00	Grau de adesão do público-alvo da campanha / acção	15,00	30,00	21 250,00€
06.03 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	FEDER	EIXO C - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS	Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e atrações beneficiários de apoio	14100,00	37600,00	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	37600,00	65800,00	4 794 000,00€
08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	FEDER	EIXO A - PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E DO EMPREGO	Empresas que beneficiam de apoio	5,00	21,00	Postos de trabalho criados	7,00	31,00	1 732 930,00€

<p>09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;</p>	<p>FEDER</p>	<p>EIXO D - COESÃO SOCIAL</p>	<p>Equipamentos sociais e de saúde apoiados</p>	<p>6,00</p>	<p>17,00</p>	<p>Definir Indicador Complementar</p>	<p>0,00</p>	<p>0,00</p>	<p>5 255 319,00€</p>
<p>10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;</p>	<p>FSE</p>	<p>EIXO D - COESÃO SOCIAL</p>	<p>Escolas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo de nível ISCED 2</p>	<p>7,00</p>	<p>14,00</p>	<p>Escolas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono que progrediram, aproximando-se ou superando o valor esperado</p>	<p>15,00</p>	<p>40,00</p>	<p>4 182 000,00€</p>

10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	FEDER	EIXO D - COESÃO SOCIAL	Capacidade e das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	200,00	476,00	Taxa de cobertura da requalificação das escolas do ensino básico e secundário (% de alunos)	30,00	80,00	3 972 315,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	EIXO D - COESÃO SOCIAL	Entidades acreditadas na Bolsa de Voluntariado	188,00	500,00	Entidades que aderem a iniciativas de voluntariado face às acreditadas na bolsa de voluntariado	70,00	90,00	297 500,00€
05.02 - A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	FC	EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	Definir Indicador Complementar	0,00	0,00	0,00€

Outros Indicadores (Indicador base de PI e Indicadores complementares)

Prioridade de Investimento a Mobilizar	Fundo	Eixo/Medida do Programa Ação do Pacto	Indicador de Realização			Indicador de Resultado			Proposta de Dotação Fundo a Contratualizar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
		Medida	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	

05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL				Superfície do território com conhecimento melhorado em identificação de riscos específicos associados ao clima	739376,00	739376,00	0,00€
05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	FC	EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL	Nº de estudos, cartografia e outros documentos que visam a identificação dos riscos associados ao clima, contribuindo para o melhor conhecimento das áreas vulneráveis a esses riscos	1,00	1,00				0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	EIXO D - COESÃO SOCIAL				Participantes nas iniciativas para a inovação social que promovam a inclusão activa	1250,00	2000,00	0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	EIXO D - COESÃO SOCIAL	Iniciativas para a inovação social que promovam a inclusão activa	35,00	60,00				702 128,00€

<p>05.01 - A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;</p>	<p>FC</p>	<p>EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL</p>	<p>Nº de Planos Municipais /Intermunicipais/Regionais/Setoriais de adaptação às alterações climáticas elaborados para os diferentes níveis territoriais ou revistos no sentido da integração desta componente noutras políticas e planos/sectoriais (perspetiva de mainstreaming)</p>	<p>1,00</p>	<p>1,00</p>				<p>0,00€</p>
<p>09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;</p>	<p>FEDER</p>	<p>EIXO D - COESÃO SOCIAL</p>				<p>População beneficiada pelos equipamentos sociais intervenidos</p>	<p>25000,00</p>	<p>10000,00</p>	<p>0,00€</p>

09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	EIXO D - COESÃO SOCIAL				Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social por via da cultura	70,00	90,00	0,00€
09.01 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	FSE	EIXO D - COESÃO SOCIAL	Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social por via da cultura	77,00	205,00				1 744 200,00€
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL				População abrangida por ações de educação e sensibilização	16680 2,00	16680 2,00	0,00€
06.01 - Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	FC	EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL	Ações de sensibilização de âmbito intermunicipal para a prevenção da produção de resíduos	1,00	1,00				0,00€

Total da Proposta de Contratualização por Fundo

Fundo	Valor
FSE	11 175 828,00€
FEDER	24 601 503,00€
FC	321 250,00€
Total	36 098 581,00€

Realização

Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

O programa de ação deste PCDT concentra cerca de 70% do volume estimado de investimento para a região em projetos desenvolvidos no âmbito de cinco PI: 4.3, 6.3, 9.7, 10.1, e 10.5, podendo assim considerar-se que as principais realizações ocorrerão ao nível das suas intervenções.

O ITI-AC tem na promoção da eficiência energética em infraestruturas públicas (Eixo C do ITI) uma das suas principais áreas de intervenção, pois concentra 22% do volume estimado de investimento na prioridade 4.3., com um amplo programa de intervenção através do Plano Intermunicipal de Eficiência Energética e de diversos projetos municipais que preveem uma intervenção alargada em diferentes equipamentos públicos e de áreas com iluminação pública com o intuito de redução dos consumos e de incrementar a racionalização da utilização da energia elétrica do nível da administração pública local. Neste mesmo Eixo C - dedicado à Qualificação e Valorização do Território e Utilização Sustentável dos Recursos, o ITI mobiliza a PI6.3. (13% do investimento) cuja intervenção se materializa em 3 grandes projetos de âmbito intermunicipal - Grande Rota do Montado, Sistema de Fruição do Alentejo Central e Centros Interpretativos e de Acolhimento Turístico (Évora, Alentejo Central e Alentejo) - que visam reforçar a imagem do Alentejo Central como destino turístico de excelência quer através do incremento da qualidade da infraestrutura e logística sub-regional de acolhimento turístico, quer através do apoio à visitação por diferentes públicos.

As restantes três PI que concentram grande parte do investimento estimado consubstanciam o Eixo D do ITI - Coesão Social. As PI 9.7. (15% do investimento) e 10.5. (10% do investimento) englobam um leque de projetos de âmbito municipal com vista, na primeira PI, à consolidação da rede de equipamentos sociais existentes, com integração e diversificação de respostas prestadas, e no caso da segunda PI à requalificação de infraestruturas educativas do ensino básico e pré-escolar, para que possam responder devidamente às necessidades sociais e educativas dos municípios envolvidos.

Por seu turno, a prioridade 10.1. (10% do investimento) visa contribuir para o combate ao insucesso e redução do abandono escolar e reúne iniciativas de 10 dos 14 municípios da sub-região e 2 grandes projetos intermunicipais: Programa Intermunicipal de Combate ao Abandono Escolar - visa o conhecimento deste fenómeno na sub-região e a definição de ações e de projetos piloto - e "A Ciência ao Serviço do Sucesso Escolar", que implementará ações que contrariem o insucesso e abandono escolar através da ciência, junto das escolas, alunos e famílias.

Para a quantificação dos indicadores de resultado e realização, as principais fontes de informação mobilizadas, salvo raras exceções centram-se nos promotores dos projetos a desenvolver, mais precisamente os relatórios de execução anual dos projetos ponto relativo à quantificação dos indicadores de realização e de resultado, estes últimos quase sempre disponíveis nos relatórios finais (sobre esta matéria ver também o ponto sobre Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação).

Caracterização do Pacto

Modelo de Governação

Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Pacto com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

No quadro das suas competências, a CIMAC, que é a estrutura política e operacional à qual compete a dinamização da EIDT do Alentejo Central, assegurará a gestão estratégica e operacional do Pacto. Recorda-se o modelo geral de governação da EIDT, destacando que o Pacto é apenas uma das linhas de intervenção no território.

A gestão do Pacto será assegurada por uma estrutura no quadro da própria CIMAC, cuja direção política compete ao Conselho Executivo Intermunicipal, através do Secretariado Executivo Intermunicipal, com delegação da coordenação operacional no seu primeiro-secretário.

Contará com o apoio de uma estrutura de apoio técnico e administrativo, a disponibilizar a partir dos recursos humanos, logísticos e financeiros da CIMAC.

Ao órgão de gestão do Pacto competirá:

o Coordenar operacionalmente os trabalhos de implementação, animação e monitorização do Pacto, aos níveis físico e financeiro.

o Cooperar com os órgãos de governação de planos de ação regionais noutros domínios (pacto para a empregabilidade, desenvolvimento local de base comunitária e outros instrumentos de concretização da EIDT).

o Dinamizar, junto dos municípios e outras entidades regionais, a preparação e execução dos projetos e ações relevantes integrados neste Pacto.

o Desenvolver e gerir o Sistema de Monitorização e Avaliação do Pacto, como parte do Modelo homólogo para a EIDT. Neste âmbito, a estrutura técnica deverá assegurar a criação e funcionamento de um sistema de recolha e tratamento de informação que permita garantir o bom desempenho do sistema, responsabilizando-se por reportes periódicos de monitorização e avaliação do Pacto.

Recursos para a gestão

A concretização deste Pacto assenta na mobilização dos recursos técnicos, organizativos e humanos dos municípios e das instituições parceiras, e em especial da equipa técnica da CIMAC.

O quadro de pessoal da CIMAC garante uma equipa multidisciplinar e com experiência acumulada na conceção, monitorização e gestão física e financeira de projetos e programas e apoio a processos de decisão política. Essa equipa é a seguinte:

o Secretariado Executivo Intermunicipal (direção), através do primeiro-secretário executivo (1 TS): funções de coordenação operacional e de reporte ao nível político.

o Gabinete de gestão de programas e projetos (3 TS): responsável pela coordenação técnica e pelo acompanhamento e monitorização da implementação do Pacto.

o Unidade de gestão de recursos (1 D, 3 TS, 1 AT, 1 AO): responsabilidade administrativa e financeira interna, gestão de tesouraria e contabilidade, gestão de recursos humanos e património.

o Unidade de inovação e qualificação (1 D, 3 TS, 3 AT): responsabilidade técnica por processos de modernização administrativa, formação e capacitação interna e das autarquias, tecnologias de informação e acompanhamento de projetos de natureza sociocultural e educativos.

o Unidade de ambiente e desenvolvimento (1 D, 9 TS, 2 AT): responsabilidade técnica por sistemas de informação geográfica, gestão de informação e monitorização e acompanhamento de projetos em domínios técnicos (ambiente, infraestruturas, energia).

(AO= Assistente Operacional; AT= assistente técnico; D= dirigente; TS=Técnico superior)

Esta estrutura garante também os recursos logísticos e organizativos necessários para assegurar o apoio operacional de gestão: instalações, meios informáticos e de escritório, meios de transporte e enquadramento jurídico e administrativo de competências ao nível supramunicipal

Mecanismos de acompanhamento e avaliação

Acompanhamento

Com o acompanhamento pretende-se garantir que os vários projetos com contributo para as metas se desenvolvem de acordo com o programado. Tem uma perspetiva construtiva, de colaboração com os promotores e outras entidades envolvidas e de desbloqueamento de obstáculos de qualquer natureza. Será assegurada através de vários procedimentos, todos eles resultantes da atividade regular dos diversos níveis do sistema de gestão adotado, não apenas o especificamente desenhado para o Pacto, como de toda a EIDT.

Sob coordenação do GGPP, as duas unidades UAD e UIQ realizarão o acompanhamento corrente dos projetos em curso, adotando sobretudo uma perspetiva de verificação da realização das diversas atividades e componentes de cada operação.

Deve notar-se que esta função é complementar da que deve ser realizada pelos próprios promotores e pelas autoridades de gestão dos Programas Operacionais financiadores, bem como pelas entidades responsáveis

pelo controlo e auditoria, no quadro do modelo de governação do Portugal 2020.

Incluem-se aqui as funções delegadas, ou outras, pelas próprias Autoridades de Gestão, designadamente em processos de contratualização de gestão com a CIM.

A um nível mais abrangente, o Secretariado Executivo Intermunicipal disponibilizará informação relevante ao Conselho Executivo Intermunicipal e ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal do Alentejo Central, que asseguram a implementação e o acompanhamento da EIDT.

Monitorização

Esta função é mais centrada nos resultados alcançados, assentando nos seguintes mecanismos - que são parte do modelo geral de monitorização da EIDT:

o Sistema de informação, contendo indicadores de realização e resultado (cf. ponto específico nesta candidatura) e as respetivas metas. Este SI incorpora uma definição clara do método e periodicidade de recolha da informação necessária para a sua alimentação, sendo que na generalidade dos casos estas metodologias estão definidas a nível nacional e/ou regional.

Esta função dependerá de uma estrutura explicitamente responsável pela sua manutenção, um núcleo no quadro da equipa técnica da CIMAC, com coordenação do GGPP.

o Partilha de responsabilidades na cadeia de gestão, desde a recolha de informação (responsáveis, fontes, métodos), sua agregação, sistematização, tratamento, análise e cruzamento com indicadores de contexto e, finalmente, elaboração de relatórios periódicos de monitorização - integrados nos respetivos relatórios da EIDT, em conjunto com a informação de monitorização de outros processos de intervenção e concertação estratégica. Define-se também um sistema de retroação, isto é, cadeia de comunicação e decisão para orientações ou ultrapassagem de problemas na concretização de projetos a partir dos resultados da monitorização.

Aos promotores de projetos e equipas de acompanhamento é atribuída a missão de recolher a informação relevante para os indicadores. A estrutura técnica da CIMAC (GGPP) garante a análise da sua qualidade, organização e tratamento, preparando os elementos de base para os painéis e relatórios.

o Painel de realização e contributo específico para o relatório de monitorização da EIDT (semestrais).

O primeiro destes instrumentos de difusão de informação contém apenas uma síntese de medição dos indicadores físicos e financeiros, com breves comentários acerca dos aspetos mais relevantes. É de distribuição geral, propondo-se uma difusão alargada.

O contributo para o relatório de monitorização deve integrar uma análise do contexto regional e sub-regional e uma leitura crítica dos progressos alcançados e dos principais fatores críticos, propondo medidas corretivas sempre que necessário.

O primeiro-secretário coordenará a equipa responsável pelos trabalhos de análise e elaboração de relatórios e propostas de atuação - do Pacto e de outros processos-, que serão da responsabilidade formal do Secretariado Executivo Intermunicipal e disponibilizados aos Conselhos Executivo Intermunicipal e Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

Avaliação

Ao nível da EIDT são definidos dois grandes mecanismos de avaliação:

o Autoavaliação. Será realizada incorporando a informação do sistema de monitorização com a de indicadores de desempenho da toda a estrutura de gestão, aos diversos níveis.

Os indicadores de desempenho devem referir-se às atividades de envolvimento de parceiros (encontros, efeitos de alavancagem, etc.), às ações correntes de gestão de processos (tempo afeto a atividades, tempos médios de decisão, etc.) e aos processos de resolução de problemas ou situações não correntes, por referência a objetivos e padrões de qualidade de gestão.

Esta autoavaliação será coordenada pelo secretário-executivo, com responsabilidade técnica do GGPP, e será objeto de relatórios sintéticos trimestrais, disponibilizados ao Conselho Executivo Intermunicipal e às diversas Comissões Temáticas do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

o Avaliação externa. Esta modalidade permitirá incorporar uma leitura externa e independente acerca da implementação da estratégia. Neste contexto, a avaliação externa terá uma abordagem específica ao Pacto.

São propostas duas avaliações externas ao longo do período 2014-2020:

o avaliação de operacionalização, a realizar a meio de 2016, que se destina a melhorar os aspetos de governação e gestão, tendo como objetivo incorporar melhoramentos (sobretudo de eficácia e eficiência) a esses níveis;

o avaliação intercalar, a realizar em 2019, focada no grau de cumprimento de objetivos e das metas fixadas para o final de 2018, bem como nas alterações de contexto entretanto ocorridas, permitindo introduzir alterações estruturais ou pontuais ao Pacto (e à EIDT, de forma global).

Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

Neste capítulo, importa assinalar sobretudo o envolvimento de parceiros na implementação das operações que integram o plano de ação do Pacto. Já vimos, noutra ponto desta candidatura, que há duas outras perspetivas complementares no que respeita à participação ativa dos atores territoriais relevantes: ao nível do próprio modelo de acompanhamento do Pacto e, por extensão, da EIDT; e ao nível das comunidades e redes institucionais próximas da esfera dos beneficiários das intervenções.

No quadro da EIDT, o Pacto é de grande relevância, embora o seu âmbito temático seja relativamente limitado (em função das tipologias que correspondem às PI integráveis neste ITI). Estas são, essencialmente, de matriz pública local - ou seja, do âmbito de intervenção das autarquias - pelo que o quadro de intervenção direta dos municípios (incluindo, em alguns casos, entidades do setor público empresarial municipal) é privilegiado.

De qualquer forma, tal como já explicitado anteriormente, um dos resultados mais evidentes alcançados com o processo de construção do PDCT é o espaço efetivo e potencial de construção de parcerias para o desenvolvimento da sub-região criado ao longo do exigente trabalho de concertação e articulação de estratégias das várias instituições. Esta disponibilidade e empenho na formalização de parcerias foi particularmente visível na última reunião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal onde se confirmou, por parte de várias entidades ali representadas, a vontade e disponibilidade para a integração de parcerias de suporte, nomeadamente, à realização de vários projetos estruturantes deste ITI. Em síntese, o envolvimento assegurado para implementação do Plano de Ação será feito da seguinte forma:

EIXO A - PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO E DO EMPREGO (PI: 8.3. E 8.8)

MEDIDA A.I - APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO E CRIAÇÃO DE EMPRESAS

PARCEIROS: ADRAL / NERE / ANJE / IEFP / MONTE / TERRAS DENTRO / ROTA GUADIANA / LEADERSOR

MEDIDA A.II - CRIAÇÃO DE UMA REDE SUB-REGIONAL DE VIVEIROS DE MICROEMPRESAS

PARCEIROS: ADRAL / NERE / ANJE / IEFP / MONTE / TERRAS DENTRO / ROTA GUADIANA / LEADERSOR

EIXO B - CAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL (PI:2.3)

MEDIDA B.I - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL CENTRADA NA UTILIZAÇÃO DAS TIC

Sem parceiros promotores de ações

EIXO C - QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS (PI: 4.3 e 6.3)

MEDIDA C.I - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

PARCEIROS: ADRAL / ARECBA

MEDIDA C.II - CRIAÇÃO (OU INTEGRAÇÃO) DE ROTAS E ITINERÁRIOS EXPERIENCIAIS.

PARCEIROS: ERTA / UNIVERSIDADE DE ÉVORA / ICNF / CCDRA

MEDIDA C.III - VALORIZAÇÃO E FRUIÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL

PARCEIROS: ERTA / UNIVERSIDADE DE ÉVORA / ICNF / CCDRA / DIREÇÃO REGIONAL CULTURA / ACDE

EIXO D - COESÃO SOCIAL (PI: 9.1R, 9.1T, 9.4T, 9.7, 10.1, 10.5)

MEDIDA D.I - ANIMAÇÃO TERRITORIAL PARA A COESÃO SOCIAL

PARCEIROS: DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA / CENTRO DISTRITAL DA SEGURANÇA SOCIAL

MEDIDA D.II - REDE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL

PARCEIROS: CENTRO DISTRITAL DA SEGURANÇA SOCIAL / FEA

MEDIDA D.III - PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR

PARCEIROS: DGESTE / UINIVERSIDADE DE ÉVORA

MEDIDA D.IV - INFRAESTRUTURAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO ENSINO BÁSICO

PARCEIROS: DGESTE

EIXO E - PROTEÇÃO AMBIENTAL, ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO DE RISCOS (PI: 5.1, 5.2, 6.1)

MEDIDA E.I - INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO

PARCEIROS: CDOS/ANPC

MEDIDA E.II - PLANEAMENTO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO

PARCEIROS: CDOS/ANPC

MEDIDA E.III - SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

PARCEIROS: GESAMB/AMCAL

Para além disso, assinala-se o elevado grau de concertação e compromisso, entre os municípios, no sentido de privilegiar uma abordagem intermunicipal, conseguido ao longo do processo de preparação do Pacto: cerca de 60% do investimento identificado tem um caráter inter ou supramunicipal, com liderança (responsabilidade direta de execução ou coordenação de programas intermunicipais) da própria CIMAC. Por corresponder a um dos principais desafios deste período de programação (o ganho de escala no planeamento e implementação de políticas públicas locais), entendemos que este facto deve ser devidamente realçado

Classificação dos Investimentos

Quadro de Investimentos

P.I.	Designação do Investimento	NIF Promotor	Promotor Nome	Valor Invest. Total	Ano Início	Concelho	% Imp.
09.07	Centro Comunitário da Freguesia de Monsaraz	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	400 000,00€	2017	Reguengos de Monsaraz	100,00
10.05	Atualização dos equipamentos informáticos das escolas	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	100 000,00€	2016	Reguengos de Monsaraz	100,00
09.07	Centro comunitário das Ilhas (Requalificação)	501258027	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS	250 000,00€	2016	Arraiolos	100,00
09.07	Requalificação e adaptação de edifício para lar de idosos, centro de dia e serviço de apoio domiciliário em Perolivas	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	500 000,00€	2016	Reguengos de Monsaraz	100,00
09.07	Centro Comunitário da Freguesia de Monsaraz	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	400 000,00€	2016	Reguengos de Monsaraz	100,00
10.05	Remodelação da cantina escolar de Vila Viçosa - cozinha e refeitório	506613461	MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA	55 000,00€	2015	Vila Viçosa	100,00
10.05	Equip. informáticos das escolas EBI	501206639	MUNICIPIO DE MOURAO	6 000,00€	2016	Mourão	100,00
10.05	Mobiliário das escolas	501206639	MUNICIPIO DE MOURAO	145 000,00€	2016	Mourão	100,00
10.05	Cantina EBI Granja	501206639	MUNICIPIO DE MOURAO	35 000,00€	2016	Mourão	100,00
10.05	Requalificação do Parque Escolar do 1º Ciclo e Pré-Escolar: Afeiteira	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	50 000,00€	2016	Vendas Novas	100,00
10.05	Requalificação do Parque Escolar do 1º Ciclo e Pré-Escolar: Escola do Monte Branco (Bombel)	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	50 000,00€	2015	Vendas Novas	100,00

10.05	Requalificação do Parque Escolar do 1º Ciclo e Pré-Escolar: Campos da Rainha	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	30 000,00€	2015	Vendas Novas	100,00
10.05	Requalificação do Parque Escolar do 1º Ciclo e Pré-Escolar: Foros da Misericórdia	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	120 000,00€	2015	Vendas Novas	100,00
10.05	Requalificação da escola Básica nº1 de Reguengos de Monsaraz	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	200 000,00€	2016	Reguengos de Monsaraz	100,00
10.05	Requalificação da escola EB2,3 D. João de Portel	506196445	MUNICIPIO DE PORTEL	1 200 000,00€	2016	Portel	100,00
10.05	Renovação do parque informático das escolas do concelho	501129103	MUNICIPIO DE MORA	20 000,00€	2016	Mora	100,00
10.05	Requalificação do Recreio Escolar de Mora	501129103	MUNICIPIO DE MORA	50 000,00€	2015	Mora	100,00
10.05	Requalificação cozinha do polivalente de Cortiçadas de Lavre	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	20 000,00€	2015	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação refeitório escolar de Montemor	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	60 000,00€	2016	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação JI Santiago Escoural	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	50 000,00€	2015	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação JI nº1 Montemor	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	50 000,00€	2016	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação EB Ciborro	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	75 000,00€	2016	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação EB Vendas-Silveiras	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	20 000,00€	2017	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação EB Santiago Escoural	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	175 000,00€	2016	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação EB S. Cristóvão	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	25 000,00€	2016	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação EB Cortiçadas Lavre	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	125 000,00€	2016	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação EB Lavre	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	75 000,00€	2015	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação EB nº3 Montemor	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	25 000,00€	2016	Montemor-o-Novo	100,00
10.05	Requalificação EB nº1 Montemor	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	300 000,00€	2016	Montemor-o-Novo	100,00

10.05	Intervenção em coberturas para remoção de placas de fibrocimento suscetíveis de conterem amianto e execução de novo revestimento	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	165 000,00€	2015	Évora	100,00
10.05	Requalificação do campo de jogos desportivos da escola do Bairro da Câmara (EB1)	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	14 000,00€	2016	Évora	100,00
10.05	Requalificação da EBI Manuel Ferreira Patrício (EBI)	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	237 000,00€	2016	Évora	100,00
10.05	Requalificação da escola de Almeirim (EB)	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	90 000,00€	2017	Évora	100,00
10.05	Requalificação do refeitório da EB da Cruz da Picada	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	57 000,00€	2017	Évora	100,00
10.05	Requalificação da escola de S. Mamede (EB)	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	100 000,00€	2016	Évora	100,00
10.05	Construção do Centro Escolar da Horta das Figueiras (EB/JI)	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	300 000,00€	2017	Évora	100,00
10.05	Modernização e informatização das EB1 e jardins de infância	506556590	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	150 000,00€	2016	Estremoz	100,00
10.05	Modernização de recursos TIC nos Jardins de Infância de Nora, Orada e Rio de Moinhos	503956546	MUNICÍPIO DE BORBA	110 000,00€	2016	Borba	100,00
10.05	Beneficiação e apetrechamento informático EB1	501258027	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS	30 000,00€	2016	Arraiolos	100,00
10.05	Centro Escolar de Terena (remodelação e ampliação) - integração 1º ciclo com pré-escolar	506772527	MUNICÍPIO DE ALANDROAL	359 312,00€	2015	Alandroal	100,00
10.01	Bolsa Municipal Mestre & Aprendiz (bolsa apoio inclusão e combate abandono escolar)	506151174	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO	150 000,00€	2015	Viana do Alentejo	100,00
10.01	Aprender a Ser - Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	75 000,00€	2017	Vendas Novas	100,00
10.01	+ Tecnologia na Escola	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	250 000,00€	2017	Vendas Novas	100,00
10.01	Plano de prevenção do abandono escolar e de apoio a necess. Educat. no Concelho RM	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	250 000,00€	2016	Reguengos de Monsaraz	100,00
10.01	Programa de prevenção do abandono escolar	501834117	MUNICÍPIO DO REDONDO	60 000,00€	2015	Redondo	100,00
10.01	Cremilde - Centro de Recursos Móvel de Informação, Lazer, Desporto e Educação	506196445	MUNICÍPIO DE PORTEL	200 000,00€	2015	Portel	100,00
10.01	Programa de apoio à inclusão e combate ao insucesso escolar	501129103	MUNICÍPIO DE MORA	200 000,00€	2015	Mora	100,00
10.01	Escola Municipal de Desporto	501129103	MUNICÍPIO DE MORA	10 000,00€	2016	Mora	100,00

10.01	Promoção de formação técnica e profissional nas tecnologias tradicionais de construção	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	400 000,00€	2016	Montemor-o-Novo	100,00
10.01	Terra de Ideias	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	150 000,00€	2015	Montemor-o-Novo	100,00
10.01	Escolas e Escolinhas do Desporto	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	240 000,00€	2015	Montemor-o-Novo	100,00
10.01	Centro Juvenil - Desenvolvimento de Ateliers	506609553	MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-NOVO	100 000,00€	2015	Montemor-o-Novo	100,00
10.01	Programa Municipal da Juventude	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	100 000,00€	2015	Évora	100,00
10.01	Requalificação e apetrechamento da Oficina da Criança	503956546	MUNICIPIO DE BORBA	100 000,00€	2015	Borba	100,00
10.01	Centro Municipal de Ocupação e Valorização da Juventude	503956546	MUNICIPIO DE BORBA	60 000,00€	2018	Borba	100,00
10.01	Escola de Desporto Municipal	506772527	MUNICÍPIO DE ALANDROAL	175 000,00€	2015	Alandroal	100,00
10.01	Oficina da criança	506772527	MUNICÍPIO DE ALANDROAL	300 000,00€	2015	Alandroal	100,00
10.01	Programa Intermunicipal de combate ao abandono escolar 2ª Fase	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	1 500 000,00€	2018		100,00
10.01	Programa Intermunicipal de combate ao abandono escolar 1ª Fase	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	400 000,00€	2016		100,00
10.01	Combate ao abandono escolar com a ciência	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	200 000,00€	2016		100,00
09.07	Centro Comunitário na Freguesia de Orada	503956546	MUNICIPIO DE BORBA	150 000,00€	2018	Borba	100,00
09.07	Centro Comunitário na Freguesia de Rio de Moinhos	503956546	MUNICIPIO DE BORBA	180 000,00€	2018	Borba	100,00
09.07	Projecto Mais Próximo de Todos	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	180 000,00€	2015	Évora	100,00
09.07	Requalificação do Centro de Dia de S. Miguel de Machede	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	290 000,00€	2016	Évora	100,00
09.07	Requalificação do edifício sede da associação reformados, pensionistas e idosos de Évora	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	80 000,00€	2017	Évora	100,00
09.07	Requalificação do edifício sede da associação da Humanidade e Respeito pelos Idosos de Évora	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	80 000,00€	2017	Évora	100,00

09.07	Requalificação do edifício sede da associação de reformados e idosos da freguesia da Malagueira	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	80 000,00€	2015	Évora	100,00
09.07	Requalificação do edifício sede da associação de reformados, pensionistas e idosos da Horta das Figueiras	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	80 000,00€	2017	Évora	100,00
09.07	Requalificação do edifício sede da associação de idosos e reformados do Bacelo	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	80 000,00€	2016	Évora	100,00
09.07	Requalificação e adaptação do edifício do Centro de Convívio da CME	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	100 000,00€	2016	Évora	100,00
09.07	Horta Social	503956546	MUNICIPIO DE BORBA	60 000,00€	2016	Borba	100,00
08.08	Viveiro de empresas	503956546	MUNICIPIO DE BORBA	100 000,00€	2017	Borba	100,00
05.02	Aquisição e renovação de equipamentos para operações de socorro às populações e operações aeroportuárias	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	300 000,00€	2016	Évora	100,00
04.03	Eficiência energética: Edifício da antiga rodoviária	504828576	MUNICÍPIO DE ÉVORA	600 000,00€	2015	Évora	100,00
04.03	Optimização energética nas piscinas municipais	503956546	MUNICIPIO DE BORBA	100 000,00€	2016	Borba	100,00
05.01	Desenvolvimento de SIG para apoio à gestão de operações	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	300 000,00€	2016		100,00
09.07	Centro Social de Aguiar	506151174	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO	690 000,00€	2016	Viana do Alentejo	100,00
09.07	Centro Intergeracional de Reguengos de Monsaraz	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	200 000,00€	2016	Reguengos de Monsaraz	100,00
09.07	Centro de Apoio à criança em risco ou com deficiência	501834117	MUNICIPIO DO REDONDO	1 500 000,00€	2016	Redondo	100,00
09.07	Ampliação do Centro Comunitário de Santana	506196445	MUNICIPIO DE PORTEL	800 000,00€	2016	Portel	100,00
09.07	Ampliação do Centro Comunitário de S. Bartolomeu do Outeiro	506196445	MUNICIPIO DE PORTEL	400 000,00€	2016	Portel	100,00
09.07	Oficina Domiciliária	501129103	MUNICIPIO DE MORA	40 000,00€	2016	Mora	100,00
09.07	Ampliação de centros de dia e lares do concelho (Evoramonte, Veiros e S. Bento do Cortiço)	506556590	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	50 000,00€	2015	Estremoz	100,00
09.07	Adaptação de espaço para centro de dia/lar de S. Bento do Ameixial	506556590	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	50 000,00€	2018	Estremoz	100,00

09.07	Adaptação de espaço para Centro de Dia/Lar de S. Domingos	506556590	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	50 000,00€	2018	Estremoz	100,00
09.07	Adaptação de espaço para Centro de Dia/Lar de Santa Vitória do Ameixial	506556590	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	50 000,00€	2018	Estremoz	100,00
09.07	Requalificação do Antigo Hospital de Estremoz a Lar	506556590	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	50 000,00€	2017	Estremoz	100,00
09.07	Requalificação de respostas sociais do Centro de Bem Estar Social de Estremoz	506556590	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	525 000,00€	2017	Estremoz	100,00
09.07	Requalificação de respostas sociais do Recolhimento de Nosa Senhora dos Mártires	506556590	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	200 000,00€	2017	Estremoz	100,00
09.07	Projecto de beneficiação do Centro de Dia do concelho	501258027	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS	100 000,00€	2017	Arraiolos	100,00
09.07	projecro de adaptação de espaço para centro de alojamento temporário/emergência	501258027	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS	30 000,00€	2017	Arraiolos	100,00
09.07	Projecto de adaptação do espaço da Antiga EB1 para criação de ATL	501258027	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS	50 000,00€	2017	Arraiolos	100,00
09.04	Activ-IDADE	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	2 500 000,00€	2016		100,00
09.01	Bolsa de Voluntariado	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	350 000,00€	2016		100,00
09.01	Saberes e Sabores de Outras Gentes	501834117	MUNICIPIO DO REDONDO	52 000,00€	2016	Redondo	100,00
09.01	Programa Cultura para Todos: inclusão pela cultura	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	2 000 000,00€	2016		100,00
09.01	Posto Móvel de Acesso à Internet: cliques para a inclusão (2ª Fase)	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	200 000,00€	2019		100,00
09.01	Posto Móvel de Acesso à Internet: cliques para a inclusão (1ª Fase)	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	290 000,00€	2016		100,00
09.01	Loja Social	506151174	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO	100 000,00€	2016	Viana do Alentejo	100,00

09.01	Plano Distrital para a promoção da igualdade dos cidadãos com deficiência e fomento da sua empregabilidade	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	400 000,00€	2017		100,00
08.08	Viveiro de empresas	506613461	MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA	100 000,00€	2017	Vila Viçosa	100,00
08.08	Viveiro de empresas	506151174	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO	100 000,00€	2016	Viana do Alentejo	100,00
05.02	Módulos de Gestão de Operações de Protecção Civil e Alojamento de Emergência	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	100 000,00€	2016		100,00
08.08	Centro de Acolhimento Empresarial	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	100 000,00€	2016	Reguengos de Monsaraz	100,00
05.02	Posto avançado de protecção civil no Lago de Alqueva	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	162 000,00€	2016	Reguengos de Monsaraz	100,00
04.03	Racioanализação energética das piscinas cobertas	507040589	MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ	120 000,00€	2016	Reguengos de Monsaraz	100,00
08.08	Viveiro de empresas	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	70 000,00€	2016	Vendas Novas	100,00
08.08	Viveiro de empresas	501129103	MUNICIPIO DE MORA	100 000,00€	2016	Mora	100,00
08.08	Viveiro de empresas	506556590	MUNICÍPIO DE ESTREMOZ	100 000,00€	2017	Estremoz	100,00
08.08	Viveiro de empresas	501258027	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS	100 000,00€	2017	Arraiolos	100,00
08.08	Viveiro de Empresas	506772527	MUNICÍPIO DE ALANDROAL	100 000,00€	2016	Alandroal	100,00
08.08	Apoio à criação e dinamização de viveiros de empresas	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	400 000,00€	2016		100,00
08.08	Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PMEs no Alentejo Central	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	1 500 000,00€	2016		100,00
08.03	Programa de Apoio à Criação e Consolidação de Micro e PMEs no Alentejo Central	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	2 500 000,00€	2016		100,00

06.03	Centros Interpretativos e de Acolhimento Turístico (Évora, Alentejo Central e Alentejo)	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	1 500 000,00€	2018		100,00
06.03	Sistema de Fruição do Património Natural e Cultural do Alentejo Central	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	3 000 000,00€	2017		100,00
06.03	Grande Rota do Montado: Travessia do Alentejo Central	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	1 500 000,00€	2016		100,00
06.01	Sensibilização para a redução da produção de resíduos e aumento da taxa de reciclagem	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	25 000,00€	2017		100,00
05.01	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	200 000,00€	2017		100,00
05.01	Informação e sensibilização para o uso racional dos recursos no âmbito da adaptação às alterações climáticas	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	50 000,00€	2017		100,00
04.03	Eficiência energética de edifícios e equipamentos municipais	506151174	MUNICÍPIO DE VIANA DO ALENTEJO	80 000,00€	2016	Viana do Alentejo	100,00
04.03	Requalificação do parque escolar do 1º ciclo e pré-escolar para eficiência energética do edificado	501177256	MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS	400 000,00€	2016	Vendas Novas	100,00
04.03	Eficiência/racionalização energética / utilização de energias renováveis em equipamentos públicos	501834117	MUNICIPIO DO REDONDO	430 000,00€	2016	Redondo	100,00
04.03	Programa de utilização de energias renováveis	501129103	MUNICIPIO DE MORA	400 000,00€	2015	Mora	100,00
04.03	Eficiência Energética nas piscinas municipais de Arraiolos	501258027	MUNICÍPIO DE ARRAIOLOS	400 000,00€	2016	Arraiolos	100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública e Edifícios Públicos (2ª Fase)	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	3 000 000,00€	2019		100,00
04.03	Eficiência Energética na Iluminação Pública e Edifícios Públicos (1ª Fase)	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	5 000 000,00€	2016		100,00

02.03	Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa (2ª Fase)	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	1 000 000,00€	2018		100,00
02.03	Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa (1ª Fase)	509364390	CIMAC - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO CENTRAL	1 000 000,00€	2016		100,00